

O GOVERNO ABERTO NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL: UMA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ELETRÔNICAS DESENVOLVIDAS

*OPEN GOVERNMENT IN SOUTH AND SOUTHEAST OF BRAZIL: AN CHARACTERIZATION OF
DEVELOPED ELECTRONIC ACTIVITIES*

Robson Diego FERREIRA

Secretaria do Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul
robson@seplag.rs.gov.br

Juliano Alves NUNES

Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS
admjuliano@yahoo.com.br

Leander Luiz KLEIN

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, RS
kleander88@gmail.com

Denise Rossato QUATRIN

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS
denisequatin@gmail.com

Felipe da Silva RAVANELLO

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS
feliperavas@gmail.com

Recebido em 05/2013 – Aprovado em 08/2013

Resumo

Este estudo tem por objetivo caracterizar o funcionamento das atividades de governo aberto em meio eletrônico realizadas nos Poderes Executivos Estaduais das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. As informações foram colhidas no início de 2011 e formaram o subsídio para a estrutura do trabalho, que envolveu duas formas de pesquisa: um questionário eletrônico estruturado aplicado a gestores dos governos estudados, outra desenvolvida via avaliação dos sítios eletrônicos governamentais oficiais utilizando roteiro estruturado. Os resultados obtidos diante do cruzamento dos dados mostram que existe uma multiplicidade de ações em governo aberto no formato eletrônico, porém o estágio de evolução dos entes estudados é apurado como variável. Constatou-se que existem diversas ações em desenvolvimento voltadas à transparência, colaboração e participação em formato eletrônico, que são a base para um governo aberto. Esse fato gera a expectativa de uma evolução contínua, inclusive com a possibilidade de benchmarking dentre os entes estudados.

Palavras-Chave: Governo aberto; Governo Eletrônico; Transparência; Participação; Colaboração

Abstract

This study has aimed to characterize the activities in open governments in electronic medias, realized in the Executive State Power in the south and southeast regions of Brazil. The information was gathered at the beginning of 2011 and were the basis to the structure of this work, which used two forms of research: a structured electronic questionnaire applied to managers of the governments, another one developed via evaluation of the governmental electronic sites using an structure flow of questions. The results were obtained through the crossing of data and they show that there are multiple actions in an open government in electronic format, although the evolution stage of the studied entities is considered as varied. It is possible to say that there are certain actions seeking towards transparency, collaboration and participation in the electronic via, which are not the basis for an open government.

Keywords: *Open Government; Electronic Government; Transparency; Participation; Collaboration.*

1 INTRODUÇÃO

As administrações públicas estaduais possuem amplo espectro em suas tomadas de decisão, vindo a afetar as mais diversas camadas da sociedade. Nesse contexto, é necessário que seus dirigentes pensem de forma sistêmica, já que deliberações tomadas sem a devida reflexão podem causar prejuízos a toda população.

Essa mesma população, entretanto, tem dificuldades de obtenção de informações sobre as ações e atividades desenvolvidas na essência de seu governo. Situação originada por diversos fatos, dentre esses se citam: a não disponibilização de informações de forma clara pela administração pública e a falta de canais apropriados de comunicação entre cidadão e governo.

Tais fatos são embasados na Pesquisa TIC Governo Eletrônico 2010, elaborada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2010) que mostra a existência de oportunidades de melhoria dos serviços de governo oferecidos pela Internet, tanto na busca dos serviços quanto na facilidade de sua utilização. A dificuldade em encontrar serviços foi uma das principais alusões dessa pesquisa, com 29%; sendo que 28% disseram que “Difícilmente recebo retorno às minhas solicitações”; por fim, 21% expuseram que “Usar a Internet para contato com o governo é muito complicado”.

Com o propósito de dirimir esse abismo entre o governo e governados, surge o conceito de “Governo Aberto” (*Open Government*), que está em largo desenvolvimento em outros países, e que vem crescendo no Brasil na última década. Esse tema se relaciona à inovação, procurando agregar mais valor à tomada de decisão e tornar mais cristalinas as administrações públicas. Dessa forma, o governo aberto apresenta como premissas: a participação popular, a colaboração, a transparência e a disponibilização de dados governamentais de forma aberta.

Segundo Calderón (2010) um governo aberto é aquele que trava uma constante conversa com os cidadãos com o intuito de ouvir o que esses dizem e solicitam, que toma deliberações baseadas em suas necessidades, que facilita a colaboração dos cidadãos e servidores no desenvolvimento dos serviços que presta e que comunica tudo o que decide e o faz de forma aberta e transparente.

Em decorrência de sua popularidade e, como forma de ampliar as possibilidades em governo aberto, o presente estudo visa caracterizar as iniciativas em governo aberto com foco em meios eletrônicos, que estão em vigor nos entes da nossa federação, mais especificamente nos Poderes Executivos dos Estados das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

2 GOVERNO ABERTO

Fomentar a cultura da abertura de dados no âmago do governo e elucidar à população sobre os seus direitos são fontes essenciais para que a liberdade de informação seja alcançada. Tais elementos são aspirados por muitos governos, porém a prática nem sempre mostra o implemento dessa pretensão.

Nesse contexto, surge o conceito de governo aberto como ferramenta para tornar mais efetiva e cristalina a administração pública. Esse conceito é exposto cada vez mais nos debates em nosso país e pelo globo, sendo percebido como ferramenta de desenvolvimento em benefício da população e da própria gestão.

Consoante a isso, Linhares (2007) afirma que o governo aberto define a maneira com a qual se relacionam a administração pública e os cidadãos, se caracterizando pelo estabelecimento de canais de comunicação e contato direto entre eles.

Conforme Endo e Franciscon (2010), existem três princípios básicos para o governo aberto, que são: transparência, colaboração e participação. Assim, ao incursionar mais profundamente nas ideias sugeridas pela definição de governo aberto verifica-se que é importante ampliar seus princípios, os quais serão adotados como sendo: transparência, colaboração e participação.

2.1 TRANSPARÊNCIA

Atuar transparentemente exige mais que a publicação de dados governamentais para fins de prestação de contas do governo ao cidadão. Uma administração que deseja atuar cristalinamente deve instituir mecanismos para resolver o problema da cultura de segredo dentro do governo.

Tal dificuldade poderia ser driblada com a aprovação de legislação que inclua requisitos obrigatórios aos organismos públicos e que levariam a publicação de forma adequada de seus dados. Uma das formas de originar essa liberdade de conhecimento é promover a publicação dos dados brutos à sociedade civil, para que esses possam ser examinados, interpretados, modificados, remixados e ajustados às necessidades de cada cidadão. Deste modo, incluem-se como dados governamentais os documentos jurídicos, balanços financeiros e orçamentários, estatísticas, dentre outras informações de ações do governo.

Para que tais dados governamentais sejam considerados abertos existem algumas constitutivas necessárias para seu enquadramento em nível internacional. Segundo publicação do W3C, que é uma comunidade internacional desenvolvedora de padrões com o escopo de garantir o crescimento da *web* em todo o globo, o conceito de dados abertos pode ser descrito como:

“Dados Abertos Governamentais são a publicação e disseminação das informações do setor público na web, compartilhadas em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade” (WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2010, p.1).

Essa apreciação mostra o quanto é necessária a divulgação adequada dos dados à sociedade, mas que devem obedecer ao princípio que afiança o direito de acesso irrestrito aos documentos, dados e informações no âmbito da administração pública, salvo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição e legislação em vigor.

Do ponto de vista técnico, o projeto Resource.org (2010) assinala oito princípios básicos em dados abertos governamentais, que são:

- a) Completo - todos os dados públicos são disponibilizados, logo não estão sujeitos à privacidade válida, à segurança ou aos privilégios.
- b) Primário - os dados são coletados na forma bruta, sem edição, modificação ou manipulação.
- c) Rapidez - os dados são disponibilizados tão rapidamente quanto necessário para preservar o valor deles.
- d) Acessível - os dados estão disponíveis para uma grande quantidade de usuários, com as mais diversas finalidades.
- e) Máquina processável - os dados são razoavelmente estruturados para permitir o processamento automático.
- f) Não-discriminatório - os dados estão disponíveis a qualquer pessoa, sem necessidade de assentamento.
- g) Não-proprietários - os dados estão disponíveis em um formato livre, logo nenhuma entidade tem controle exclusivo.
- h) Licença gratuita - os dados não estão sujeitos a qualquer direito autoral, patentes, marcas comerciais ou regulamento.

Um dos exemplos pioneiros na utilização de dados abertos empregando os princípios básicos é o governo do Estado de São Paulo, que por meio da Secretaria de Gestão criou um portal eletrônico para a inserção das informações abertas. Para que tais informações fossem possíveis de serem coletadas nos diversos órgãos do governo paulista foi publicado o Decreto nº 53.963/09, que institui, no âmbito da

administração pública estadual, a política de gestão do conhecimento e inovação.

2.2 COLABORAÇÃO

Outro pilar de grande relevância em governo aberto é o da colaboração. Esse quesito dá ênfase ao trabalho em conjunto, sendo a junção de esforços para alcançar um objetivo coletivo comum.

Sendo assim, a colaboração é um processo de criação compartilhada onde indivíduos com habilidades complementares interagem para criar um conhecimento comum que nenhum deles tinha previamente ou poderia obter por conta própria. A colaboração cria um significado compartilhado sobre um processo, um produto ou um evento.

Em se falando de colaboração, Linhares (2010) esclarece que o principal apoio do cidadão é o de exercer o seu direito de votar e seu envolvimento nos assuntos públicos, sendo esse o maior desafio a ser alcançado.

Colaboração e cooperação, às vezes, são usados como sinônimos, porém os termos contêm diferenças entre si. Na colaboração os parceiros realizam as tarefas juntos, apesar da possibilidade de ocorrer uma divisão espontânea quando duas pessoas realmente trabalham juntas. Na cooperação os compartes dividem o trabalho, definem sub-tarefas separadamente e, a partir daí conectam os resultados parciais em um trabalho final.

Um bom exemplo da forma de operar em um processo colaborativo são os “Wikis” que vêm se difundindo de forma exponencial, tanto na área privada quanto na pública. O termo “Wiki wiki” significa “muito-rápido” no idioma havaiano. Sendo que, o *wiki* identifica um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto ou em

software colaborativo, admitindo a edição coletiva de dados e empregando sistemas que não necessitam de uma revisão anterior a sua divulgação.

Enfim, propostas colaborativas ampliam a democracia e podem aproximar os cidadãos junto aos assuntos públicos, possibilitando uma maior sinergia entre o povo e seu governo. Logo, percebe-se que as estruturas públicas devem estar adequadas para permitir a melhoria contínua, e por meio da colaboração, conseguir um maior envolvimento entre os cidadãos e seus representantes.

2.3 PARTICIPAÇÃO

A participação vem a ser de suma importância no processo constitutivo de governo aberto, já que o governo deve propiciar ao cidadão a possibilidade de auxiliar com informações e assim, construir uma administração mais democrática.

O conceito de “participar”, conforme Ferreira (1999, p. 1505), vem a ser: “... fazer, saber, informar, anunciar, comunicar...”. Logo, percebe-se que a relação interpessoal surge como alavanca no processo participativo, atuando como uma ferramenta de democratização da informação.

Uma forma de participação, que auxilia no controle de gastos e nas diversas atividades governamentais, é o controle social. Esse é uma maneira de atuação da sociedade sobre seus dirigentes, aonde a população é envolvida no exercício da reflexão de problemáticas que afetam o coletivo. Por meio do controle social pode-se acompanhar e verificar as ações de gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos e resultados.

Como forma de ilustração citam-se iniciativas existentes no Estado do Rio Grande do Sul que

visam a participação popular, são elas: a Consulta Popular e a Pesquisa de Satisfação dos Serviços Públicos, ambos realizados pela Secretaria do Planejamento e Gestão desse Estado. Para dar-lhes um caráter contínuo, as mesmas estão institucionalizadas em normas, algo que é muito importante para a ampliação da participação popular e da democracia.

Finalmente, a participação permite a utilização do trabalho conjunto, em um processo de criação compartilhada, assim se apoiando em diversas ferramentas, o que pode aprimorar a atuação da administração pública, seja por meio do controle social ou via intercâmbio de informações.

3 MÉTODO

Para responder aos objetivos desse trabalho optou-se por formular uma pesquisa de natureza exploratória, aonde o tema – “o governo aberto nas regiões sul e sudeste do Brasil: uma caracterização das atividades eletrônicas desenvolvidas” - proporcionará uma visão geral acerca do assunto, desenvolvendo e esclarecendo ideias.

Nesse contexto Roesch (2005) recomenda a pesquisa exploratória para examinar temas pouco estudados ou para esclarecimento de ideias já trabalhadas, algo que ocorre nesse trabalho, pois o tema governo aberto possui literatura pouco desenvolvida, tratando-se de um assunto recente no país.

Ao discorrer sobre a abordagem desse trabalho verifica-se como mais adequada a ser utilizada a pesquisa quantitativa-qualitativa, que conjuga as duas formas. A abordagem quantitativa tem como desígnio quantificar os dados encontrados em determinada realidade social, podendo abarcar tanto escalas quanto variáveis. Já a abordagem qualitativa apresenta aspectos

subjetivos frente àquele que responderá a pesquisa, conferindo uma melhor visão e compreensão da realidade social.

Logo, empregou-se um levantamento descritivo-quantitativo com base em um questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, enviado aos governos de Estados das Regiões Sul e Sudeste brasileiros. Além disso, este estudo envolveu também, uma análise de conteúdo, por meio de pesquisa documental realizada nos sítios eletrônicos oficiais dos governos observados anteriormente, utilizando um roteiro estruturado.

Dessa forma, angariou-se uma variedade de dados por meio de duas pesquisas. A primeira mostrando a visão de quem potencialmente utiliza serviços ou informações governamentais, via roteiro estruturado, que considera os sites oficiais de governo sendo avaliado pelo autor deste estudo. Já a segunda apresentando a visão dos gestores públicos de cada ente ao responderem ao questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas.

A delimitação temporal é um fator imprescindível às pesquisas, dessa forma, o período de coleta dos dados abrangeu o primeiro quadrimestre do ano de 2011, isto é, os meses de janeiro a abril de 2011.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Ao buscar responder os desígnios desse trabalho foram abrangidos os órgãos do Poder Executivo dos Estados das Regiões Sul e Sudeste brasileiros. Logo, o universo pesquisado totalizou 7 (sete) entes federativos, sendo eles os governos dos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

A escolha das Regiões Sul e Sudeste foi percebida como mais adequada para balizar o presente

estudo, pois a Pesquisa “Análise do Desenvolvimento do Governo Eletrônico Municipal no Brasil”, coordenada pelo Professor Norberto Torres, aponta para conclusões em que os municípios do Sul e Sudeste são os melhores em Governo Eletrônico, conforme Torres, 2006 (Apud AGUNE e CARLOS, 2007, p. 02). Eis que o Governo Eletrônico é um dos meios a serem utilizados para se difundir o Governo Aberto, tema desse estudo.

Além disso, a “Pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2009”, conforme o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação - CETIC.BR (2010), aponta para as duas regiões citadas como possuindo o maior índice de “frequência diária de acesso individual à Internet”. Esse dado vem a apoiar o fato de serem regiões que possuem uma maior cultura de acesso aos meios eletrônicos.

3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os elementos necessários para atender aos objetivos desse trabalho foram coletados por meio de duas formas diferenciadas, as quais são:

- a) Roteiro estruturado utilizado para colher dados nos sítios oficiais dos governos estaduais estudados;
- b) Questionário estruturado composto por perguntas abertas e fechadas encaminhado aos governos dos órgãos participantes.

O primeiro modo de coleta (a) via sites oficiais dos governos estaduais na Internet, possui foco na visão do cidadão que acessa os sítios em busca de informações ou serviços. Esses dados serão colhidos com a utilização de roteiro estruturado. Esse roteiro estruturado visa apurar se o sítio estudado proporciona ferramentas ou sistemas que possibilitem ao usuário angariar informações e dados de acordo com os princípios de Governo Aberto. Logo, será verificada a disponibilidade de

instrumentos como: redes sociais, dados abertos em formato W3C, sistema de ouvidoria, entre outros.

Já a segunda forma de obter os dados (b), vem a complementar as análises, sendo vinculado a uma mensagem eletrônica e encaminhado às ouvidorias ou caixas postais eletrônicas dos órgãos participantes. Tais mensagens continham um “link” que permitiu acesso à página com da pesquisa.

Os convites para participar desse estudo, de acordo com o segundo formato de coleta, foram direcionados aos gestores que coordenem estudos voltados a Governo Aberto ou correlacionados, como: Governo Eletrônico, Governança Eletrônica, transparência, participação popular, etc.

Aos convidados a participar do estudo foi disponibilizada Cartilha Informativa, a qual visou auxiliar na compreensão do formulário de questões e uniformização de parâmetros. Os blocos envolvendo os temas centrais deste trabalho contemplam ao todo dezesseis questões, sendo oito em formato fechado e oito em formato aberto. Com a avaliação das respostas constantes nos questionários houve a formação de uma caracterização, a qual visou estabelecer semelhanças e distinções entre os diversos entes em Governo Aberto com foco em meio eletrônico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão e interpretação dos resultados serão apresentadas nesse capítulo e se fundamentam em constatações evidenciadas por meio da coleta de informações que vão ao encontro dos objetivos estabelecidos nesse trabalho.

Para estimular este estudo, foram analisadas as informações constantes nos sítios eletrônicos oficiais dos sete Estados abrangidos neste estudo, que fazem parte das Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Os dados dos sítios foram coletados nos seguintes endereços eletrônicos, conforme Quadro 1.

O roteiro estruturado foi o meio utilizado para se coletar os dados dos sítios. O mesmo visa obter informações sobre os sites oficiais dos governos estaduais compreendidos nas regiões cingidas por este estudo.

Os tipos de critérios são voltados à navegabilidade, ao conteúdo ou ambos. A navegabilidade é a capacidade de navegação que possui a interconexão de um portal na Internet, ou do próprio software navegador, que facilita ao usuário atingir o seu destino da maneira mais eficiente possível. Já o conteúdo abarca o teor utilizado internamente nos sítios, isto é, as informações, notícias e serviços disponíveis.

Para melhor caracterização desse módulo se

Quadro 1: Sites oficiais de governo pesquisados

Região	Estado	Data da pesquisa	Site Oficial de Governo
Sul	Rio Grande do Sul	26 de março de 2011	http://www.rs.gov.br
	Santa Catarina	26 de março de 2011	http://www.sc.gov.br
	Paraná	26 de março de 2011	http://www.pr.gov.br
Sudeste	Rio de Janeiro	27 de março de 2011	http://www.rj.gov.br
	Espírito Santo	27 de março de 2011	http://www.es.gov.br
	São Paulo	27 de março de 2011	http://www.saopaulo.sp.gov.br
	Minas Gerais	27 de março de 2011	http://www.mg.gov.br

Fonte: Elaborado pelos autores (2011).

atribuíram pesos aos itens cujos critérios fossem atendidos ou não na verificação dos sítios. Dessa forma, a pesquisa exploratória nos sítios apresentou resultados que podem ser visualizados conforme a Tabela 1. Nessa destaca-se o sítio do Estado de São Paulo como o melhor avaliado, dentre os entes pesquisados, tendo um desempenho de 13 pontos do total de 16 pontos possíveis.

Em uma análise vertical da Tabela 1 constata-se que a Ferramenta de busca no portal foi o critério melhor avaliado, com pontuação máxima em todos os órgãos. Já o Sistema de dados abertos foi que evidenciou a pior de avaliação, apresentando pontuação apenas no Estado do Rio Grande do Sul.

4.1 Resultados ao questionário estruturado aos gestores públicos

O questionário estruturado respondido pelos gestores públicos apresentou relevantes subsídios, tanto quantitativos como qualitativos. As questões fechadas existentes do formulário foram consideradas de caráter obrigatório, já as abertas eram facultativas aos respondentes. Logo, essas informações foram divididas em cinco blocos, sendo um de identificação e quatro envolvendo o conteúdo de pesquisa deste estudo.

A verificação de como o gestor percebe as ações de governo aberto em meio eletrônico é importante na caracterização das atividades governamentais desenvolvidas. Sendo assim, as

Tabela 1: Resultado global da avaliação dos sítios

Item	Descrição	Região Sul				Região Sudeste		
		RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG
1	Sistema de Fale conosco ou Fale com o governo	1	1	2	1	1	1	1
2	Ferramenta de busca no portal	2	2	2	2	2	2	2
3	Sistema de ouvidoria	2	2	1	2	1	0	1
4	Sistema de redes sociais	0	0	0	2	2	2	2
5	Ferramenta de "RSS"	2	0	0	2	2	0	2
6	Versão do portal em outro idioma	0	0	0	2	0	0	0
7	Ferramenta de "informações" ou "serviços"	2	2	2	2	2	2	2
8	Sistema de dados abertos	1	0	0	0	0	0	0
Totais		10	7	7	13	8	7	10

respostas dos gestores públicos em vista das ações em governo eletrônico existentes nos governos das Regiões Sul e Sudeste.

Por meio da Figura 1, apreende-se que a totalidade dos pesquisados “concorda plenamente” ou “concorda” que o portal de serviços do poder executivo de seu governo apresenta serviços adequados ao cidadão. Essa informação mostra-se relevante, pois a veiculação de serviços e notícias é um critério importante na formação de um governo mais aberto, possibilitando que as administrações atuem em prol do bem estar de seu povo.

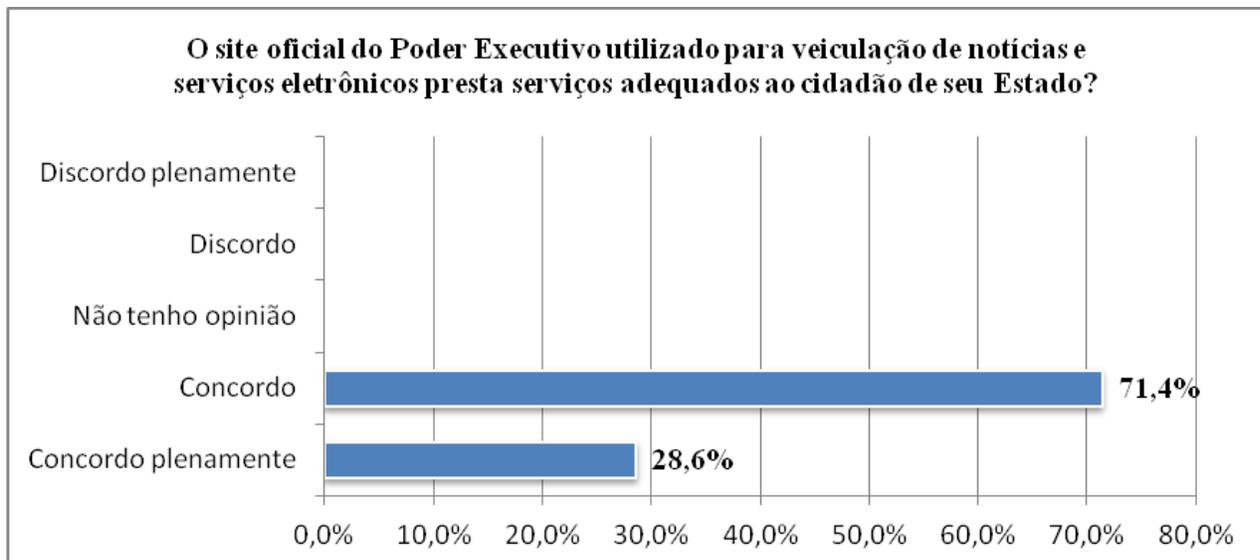
Tal ideia é ampliada por Conceição (2001, p.11) ao afirmar que: “é importante ressaltar a importância de trabalhar a informação enquanto direito do usuário, pois o mesmo geralmente não se percebe como cidadão de direitos, dificultando assim, o enfrentamento dos seus problemas no dia-a-dia”. Do que se depreende que a informação oferecida ao cidadão, bem como, o formato de sua exposição são essenciais para que

o cidadão possa usufruir de seus direitos e cumprir adequadamente seus deveres, que é uma forma dos governos terem sucesso em suas ações.

4.1.2 GRAU DE DESENVOLVIMENTO EM RELAÇÃO A GOVERNO ABERTO

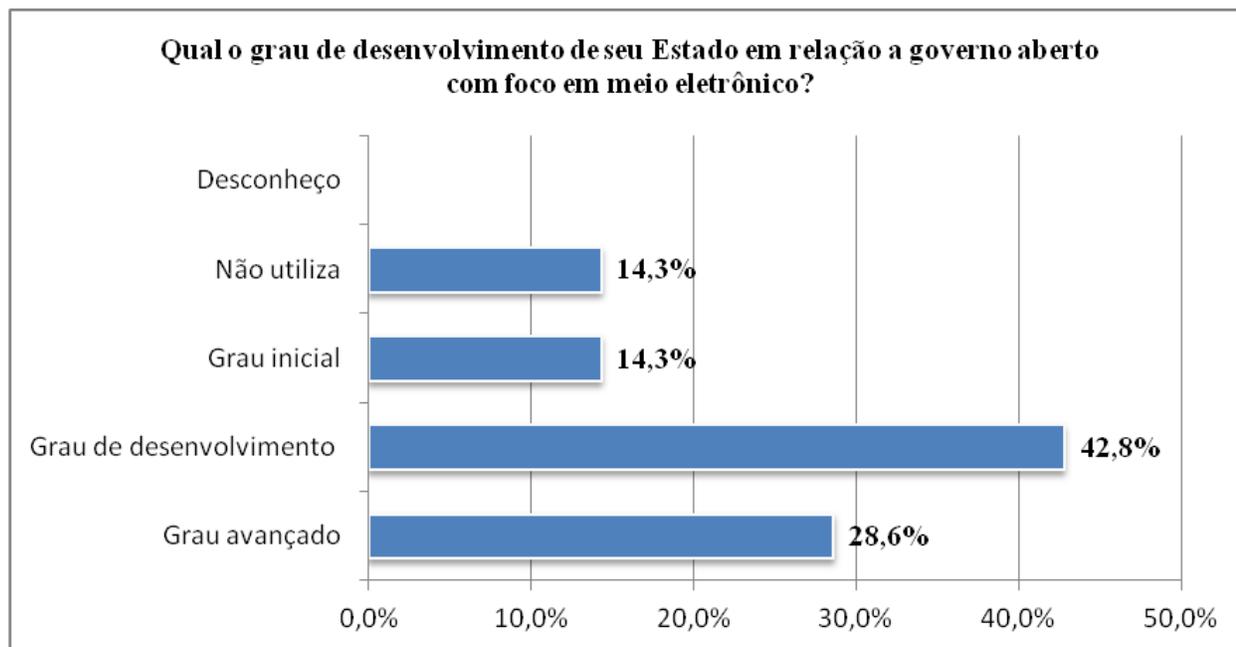
Inicialmente ponderou o grau de desenvolvimento em governo aberto com foco em meio eletrônico, em vista da opinião de cada respondente, vindo a constituir a Figura 2. Perante a análise das respostas que integram a Figura 2, percebe-se que dois respondentes (28,6% da amostra) afirma que seu governo apresenta “Grau avançado” em relação a Governo Aberto. O “Grau de desenvolvimento” no que diz respeito a Governo Aberto foi apontado pelo maior número de participantes - 42,8% dos pesquisados - e o “Grau inicial” apresenta a eleição por 14,3% da amostra. Apenas um dos respondentes (14,3% da amostra)

Figura 1: Adequação dos serviços eletrônicos e informações nos portais oficiais



Fonte: Elaborado pelos autores (2011)

Figura 2: Grau de desenvolvimento em relação a governo aberto



Fonte: Elaborado pelos autores (2011)

informou que “Não utiliza” práticas voltadas para o tema em questão.

Tal fato mostra a não padronização de ações nas Regiões Sul e Sudeste brasileiras, onde gestores apontam uma diversidade de respostas no desenvolvimento das administrações em Governo Aberto com foco em meios eletrônicos. O fato positivo é que: 85,7% dos respondentes responderam que possuem ações voltadas ao quesito estudado nesse subitem.

Da conferência dos resultados indicados pelos gestores, ficam avaliadas como destacadas as ações dos governos de Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. Aquele (SC) revelou a utilização de ferramenta de ouvidoria e gestão interna no governo do Estado, sendo setorizado nos diversos órgãos que o compõe. Já o gestor que analisou o governo de São Paulo indicou a iniciativa da edição de Decreto nº 55.559, de 12 de março de 2010, que institui o Portal do Governo Aberto SP (www.governoaberto.sp.gov.br) que disponibiliza cerca de trinta e sete bases de dados em formato

aberto. O último gestor (ES) ressalta a ação governamental de vir a disponibilizar, em breve, um guia eletrônico com todos os serviços prestados no Estado por meio da Internet.

4.1.3 AÇÕES EM TRANSPARÊNCIA

A transparência nos governos está densamente ligada ao princípio constitucional da publicidade, que torna obrigatória a divulgação dos diversos atos celebrados pela Administração Pública para conhecimento e controle de seus efeitos. Nessa conjuntura, Matias-Pereira (2008. p. 179), afirma que: “No debate sobre o controle da Administração Pública, torna-se relevante discutir a questão da transparência informacional do Estado”.

Essa afirmação vem a se alinhar aos baldrames do grupo de questões voltadas à transparência que foram ajuizadas em quatro perguntas, sendo duas de forma fechada (obrigatórias) e duas de forma aberta (facultativas). Para uma melhor

conferência das informações o presente bloco foi desmembrado nas seguintes subdivisões: “Apresentação de dados nos portais de transparência” e “Exposição de dados nos portais de transparência”.

4.1.3.1 APRESENTAÇÃO DE DADOS NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

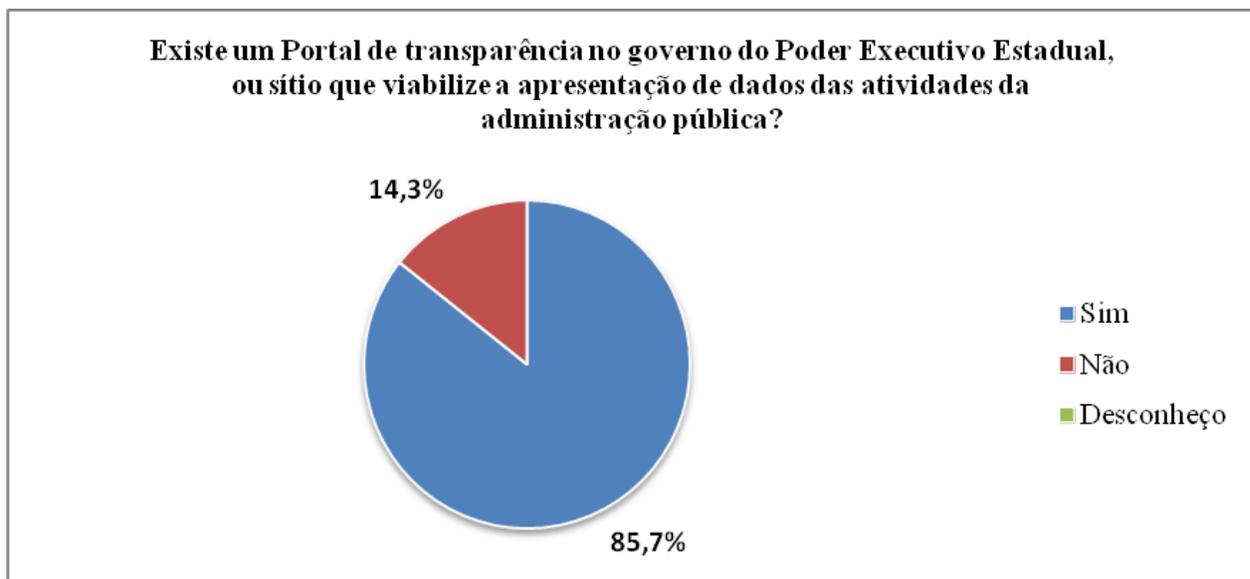
A existência de portal voltado à transparência ou sítio que viabilize a apresentação de dados das atividades da administração pública, em vista da opinião de cada respondente. Sendo assim, as respostas dos gestores públicos coletadas diante das ações em transparência avaliadas, viabilizaram a composição da Figura 3. Nesse, constata-se a existência de quase unanimidade (85,7% da amostra) nas respostas à questão proposta, conforme a Figura 3 evidencia-se o entendimento que os governos apresentam preocupação com a transparência e apresentação de dados da administração. Dessa forma, a adequada exposição de informações, por meio de sítios, é um fato relevante, pois permite um canal

eletrônico de prestação de contas para com a sociedade.

A análise dos resultados demonstra em evidência as ações de transparência, segundo a indicação dos respondentes, nos governos do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. Aquela administração (RS) é referência por oferecer a disponibilização de informações quanto à execução orçamentária, enquanto que o segundo governo (PR) encontra-se em situação de destaque, pois apresenta as contas do estado eletronicamente. Já o último gestor (ES) ressalta que conserva o portal da transparência com objetivo de divulgar dados e informações da gestão governamental no referido site o cidadão terá informações de: receitas e despesas, convênios, transferência de recursos, aplicações de recursos dentre outros, possibilitando que a sociedade participe e acompanhe a aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, Lock (2003, p.24) esclarece que: “a importância de produzir relatórios com informações para a sociedade está relacionada

Figura 3: Existência de portal de transparência ou de dados da administração



Fonte: Elaborado pelos autores (2011)

com a obrigação de prestar contas, o que nos remete para o conceito de *accountability*. Essa expressão, conforme Matias-Pereira (2008), pode ser descrita como o conjunto de mecanismos e métodos que levam aos gestores governamentais a prestarem contas dos efeitos de suas ações, permitindo assim, proporcionar uma maior transparência e publicidade das políticas públicas.

Dessa forma, a apropriada prestação de contas (*accountability*) é um instrumento para a maior transparência governamental, e a percepção dessa pela população consente uma expansão da credibilidade para com seus governantes.

4.1.3.2 EXPOSIÇÃO DE DADOS NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

O conjunto voltado aos portais de transparência, o uso de dados abertos no formato recomendado pelo W3C, em vista da opinião dos respondentes. Verifica-se que três respondentes das administrações estudadas afirmam ter em seus governos a utilização de dados no formato W3C, isto é, aproximadamente 42,8%, segundo descrevem os gestores públicos consultados. Entretanto, a maioria dos participantes (57,1%) indicou não apresentar ou desconhecer a utilização de dados abertos no formato indicado na questão. Em vista desses dados percebe-se uma oportunidade, que é a ampliação da utilização de dados abertos adequado ao que sugere o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

O emprego de dados em formato aberto é de suma importância para a disseminação de informações públicas na Internet permitindo aos usuários de serviços governamentais a reutilização em aplicações digitais, podendo assim facilitar o monitoramento das ações governamentais ampliando o controle social e o gerenciamento das atividades administrativas.

A apreciação dos resultados admite destacar atuações visando à abertura de dados aonde os governos do Rio Grande do Sul e São Paulo apresentam iniciativas importantes frente a esse tema. O primeiro governo (RS) assinala a disponibilização de dados abertos das estatísticas da segurança pública. Igualmente, a segunda administração (SP) indica a construção do portal de Governo Aberto em parceria com a W3C do Brasil e a Fundação Seade, vindo a seguir as orientações do W3C.

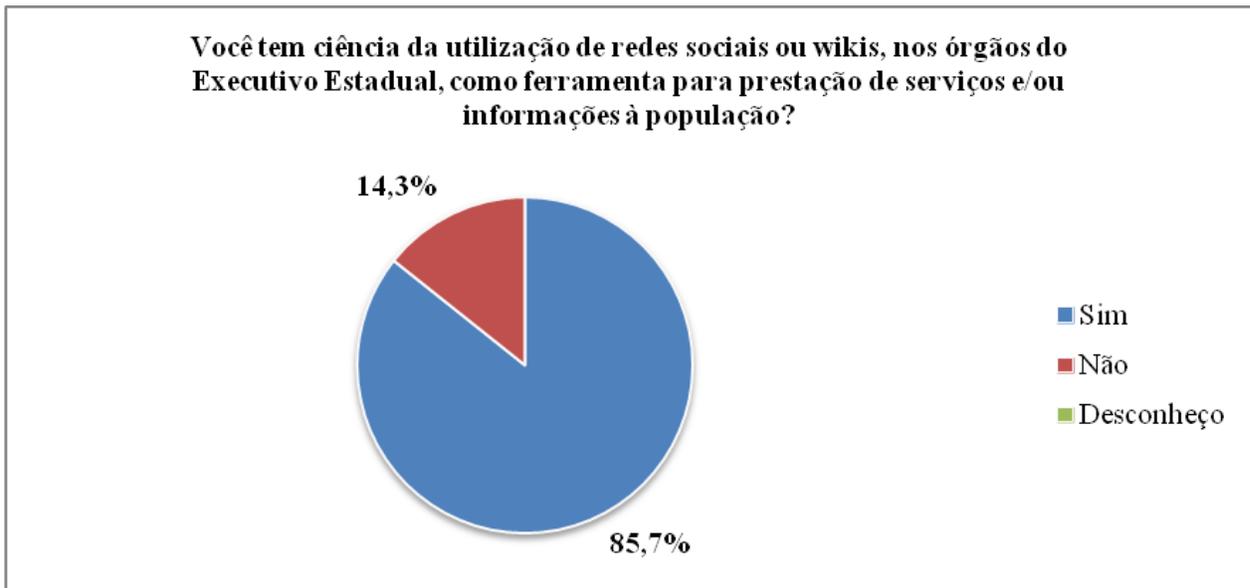
4.1.4 AÇÕES EM COLABORAÇÃO

Inicialmente verificou-se o conhecimento do gestor pesquisado sobre a utilização de redes sociais ou *wikis*, nos órgãos do Executivo Estadual, como ferramenta para prestação de serviços ou informações à população. Sendo assim, as respostas dos gestores públicos arrecadadas, nas ações em colaboração, podem ser avaliadas em vista da Figura 4.

Conforme a Figura 4, a maior parte dos gestores (85,7%) informa que possui em seus governos a utilização de redes sociais ou *wikis* como forma de prestação de serviços ou informações à sociedade. Nesse enredo, a utilização dessas ferramentas mostra a evolução das administrações, que buscam atuar em segmentos voltados à colaboração.

O uso das redes sociais é de grande relevância, conforme lembrado pela Pesquisa TIC Governo Eletrônico 2010 elaborada pelo CGI.br (2010), a penetração desses meios mostra que: 79% dos internautas reportaram ter usado o Orkut nos últimos três meses; 77%, o MSN; e 60% acessou o YouTube. Outras mídias sociais, como o Facebook (11%) e o Twitter (17%), apesar de menos populares, também já aparecem como parte do repertório dos usuários de Internet, juntamente com os Blogs (18%). Esses dados mostram a

Figura 4: Utilização de redes sociais



Fonte: Elaborado pelos autores (2011)

necessidade de ações públicas envolvendo essas ferramentas, devido à grande quantidade de usuários brasileiros.

A análise dos resultados também demonstra realce nas ações em colaboração dos governos de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O primeiro governo harmoniza por meio do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.(CIASC) os seguintes projetos e ferramentas: Projeto SC Web2; Twitter Ciasc e Flickr.

Nesse contexto, o governo do Estado de São Paulo editou o Decreto nº 53.963, de 21 de janeiro de 2009, que institui a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e por meio deste programa vem estimulando o uso da Web 2.0, das ferramentas sociais, das redes sociais e do governo aberto (www.igovsp.net).

Já a administração mineira apresenta grande quantidade de atividades por meio da menção de sítios, como por exemplo:

<http://twitter.com/egovmg>,
<http://twitter.com/governomg>,
<http://www.viajeiporminas.mg.gov.br/>,
<http://redemineira.igam.mg.gov.br/>
<http://www.juventudecidada.mg.gov.br/>.

Finalmente, o gestor que relatou a situação no governo do Estado do Rio de Janeiro aponta para o próprio Portal do Governo do Estado, que apresenta funcionalidades em redes sociais, além dos sites institucionais de vários órgãos do governo do Estado que já usam interfaces voltadas ao tema.

Em relação a colaboração possuem evidência as ações em colaboração apenas no governo de São Paulo. Esse presta aos cidadãos um portal de desburocratização no governo (<http://www.desatarono.sp.gov.br>), o qual estimula a participação e colaboração da sociedade para melhoria dos serviços públicos e da gestão no governo. Existem também algumas ações isoladas de órgãos na administração estadual com estabelecimento de canais de colaboração com a sociedade e atualmente está sendo organizado na

Secretaria de Gestão Pública uma ferramenta para estreitar esta colaboração com a sociedade, inclusive para propor desafios, ideias etc.

4.1.5 AÇÕES EM PARTICIPAÇÃO

No amoldamento do grupo voltado às ações em participação inicialmente verifica-se a existência do monitoramento dos serviços públicos via pesquisa de satisfação eletrônica nos diversos órgãos de cada ente. Esses dados, extraídos em modo fechado, vêm a formar a Figura 5. Esse ilustra a opinião dos gestores públicos, ao constatar que 71,4% das administrações não monitoram ou desconhecem a utilização desse sistema voltado aos serviços públicos, e apenas 28,6% afirmam prestar esse tipo de ferramenta.

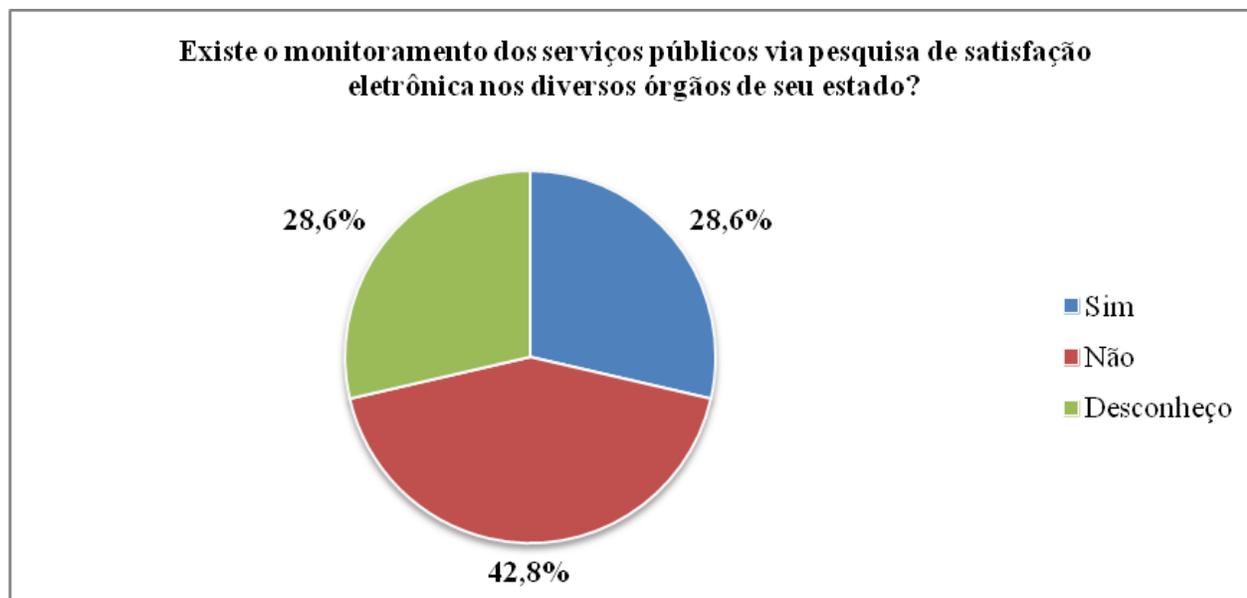
A não disponibilização de canais de consulta à população sobre a qualidade dos serviços prestados dificulta o adequado retorno das ações públicas e inibe a apropriada correção dos problemas existentes. Especialmente nesse quesito de ações de participação a administração

do Estado de São Paulo oferece no portal do “Cidadão.sp” (www.cidadao.sp.gov.br) informações sobre todos os serviços que o governo estadual presta o cidadão, que pode opinar sobre as informações sobre o serviço, proporcionando uma lei de defesa do usuário do serviço público que regulamenta esta questão. Igualmente, nos postos do Poupatempo - central de serviços públicos onde são prestados serviços presenciais – tem-se uma pesquisa permanente de avaliação feita pelo usuário, bem como pesquisas periódicas desenvolvidas por instituições privadas para medir a satisfação do usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista da avaliação de sítios constata-se que os governos apresentam a seguinte classificação: Superior – São Paulo; Médio Superior – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Intermediário – Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Esses dados revelam a diferenciação entre

Figura 5: Monitoramento dos serviços públicos



Fonte: Elaborado pelos autores (2011)

os governos pesquisados, algo que não pode ser caracterizado como fator de distinção regional, já que existem heterogeneidades internas entre as regiões.

A avaliação dos gestores pesquisados apresenta aspectos bastante diversificados, percebendo-se que o Estado de São Paulo é apontado como o que possui maior número de ferramentas voltadas a Governo Aberto em meio eletrônico. A comparação da avaliação dos sítios com a avaliação dos respectivos gestores apresenta o Estado de São Paulo como sendo, em ambas as pesquisas, o de maior utilização de ferramentas e inovações voltadas a um governo mais aberto, em prol do usuário de serviços e informações públicas.

Acredita-se que o *status* de desenvolvimento do Estado paulista é motivado pela trajetória das administrações que viram a importância de ampliar conceitos de transparência e participação. Essas se utilizaram de leis e decretos para garantir a continuidade da execução de atividades em Governo Aberto ao longo dos anos. Esse fato gera a expectativa de uma evolução contínua, inclusive com a possibilidade de *benchmarking* por parte dos diversos entes que compõem a federação.

Em vista da caracterização obtida junto aos gestores pesquisados e via portais governamentais acredita-se que o objetivo desse trabalho foi cumprido com êxito, mostrando que existem diversas ações em desenvolvimento voltadas à transparência, colaboração e participação em formato eletrônico, que são a base para um Governo Aberto.

Entretanto, ainda há entraves a serem superados, podendo citar a própria dificuldade na obtenção de dados via formulário aplicado aos gestores públicos, que constatou uma burocracia exagerada e a morosidade em alguns entes.

Finalizando este estudo, sugerem-se pesquisas que deem prosseguimento ao estudo atual e assim essas possibilitem análises aprofundadas em Governo Aberto nos seguintes temas: análise nacional de sítios governamentais; análise de sítios dos poderes executivos estaduais brasileiros; comparação entre os diversos poderes (executivo, legislativo e judiciário) em nível nacional e a comparação entre o Brasil e países de referência em Governo Aberto.

REFERÊNCIAS

AGUNE, Roberto Meizi; CARLOS, José Antônio. I-Gov o futuro é inovação. Disponível em: <<http://www.docstoc.com/docs/5713801/CLAD2006>>. 2007. Acesso em 19 de março 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO NORTE E NORDESTE DO JUDICIÁRIO FEDERAL. ASSENNJUF. Internet é meio para conquista da transparência. Recife, 2010. Disponível em: <http://assennjuf.org.br/noticias/interna_noticia.php?id_noticia=478>. Acesso em 16 de abril de 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 10 de março de 2011.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 10 de março de 2011.

CALDERÓN, Cesar; LORENZO, Sebastián. Open Government. Editora Algon Editores. MMX. 2010. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/30343946/Open-Government-Gobierno-Abierto>>. Acesso em 26 de julho de 2010.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. TIC Domicílios e

Usuários 2009. Disponível em: <<http://cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/>> Acesso em 26 de outubro de 2010.

CONCEIÇÃO, Susana Bastos. O serviço social e a importância da informação no HPSM - Hospital de Pronto Socorro Municipal de Belém. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/SERVICO_SOCIAL_IMPORTANCIA_INFORMACAO_HPSM.pdf> Acesso em 30 de março de 2011. Belém. 2001.

CONGRESSO NACIONAL DE INFORMÁTICA PÚBLICA 2010. Cidades Criativas. Disponível em: <<http://www.conip.com.br/Conip2010/WebHome>>. Acesso em 19 de março de 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC GOVERNO ELETRÔNICO – 2010. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/egov/2010/index.htm>>. Acesso em 19 de março 2011.

ENDO, Barbara; FRANCISCON, Camila. Transparência: uma das três etapas para o governo aberto. Disponível em: <<http://www.metodista.br/urbetic/transparencia-uma-das-tres-etapas-para-o-governo-aberto>>. Acesso em 28 de julho de 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOV.BR. Diretrizes gerais para o Governo Eletrônico. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/ogov.br/principios/index/?searchterm=Diretrizes%20gerais%20para%20o%20Governo%20Eletr%C3%B4nico>>. Acesso em: 18 ago 2010.

LINHARES, Javier. Open Government – Collaboration – Clave 2: Las estructuras. 2010. Disponível em: <<http://www.javierllinares.es/?p=1190>> Acesso em 30 de julho de 2010.

_____. Open government: La idea. 2007. Disponível em:

<<http://www.javierllinares.es/?p=476>>. Acesso em 30 de julho de 2010.

LOCK, Fernando do Nascimento. Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na internet. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040210180938.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2011. Recife, 2003.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

RESOURCE.ORG. Open Government Data Principles. 2010. Disponível em: <http://resource.org/8_principles.html>. Acesso em 28 de julho de 2010.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. W3C. Dados Abertos Governamentais. 2010. Disponível em: <<http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>>. Acesso em 28 de julho de 2010.